

ARQUITETURA VERNACULAR COMO INSTRUMENTO PARA ENTENDER O ECOSISTEMA URBANO-TURISTICO

Livia Barros Wiesinieski¹
Liza Maria de Souza Andrade²
Talita Xavier Momboni³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos na arquitetura vernacular Kalunga a partir de processos econômicos, culturais, sociais e ambientais, vinculados aos processos de gentrificação e aumento populacional com o impacto socioambiental. Através de revisão bibliográfica, aplicação de questionário e roda de conversa, buscou-se compreender a relação dos construtores locais com a dinâmica imobiliária local, assim como os efeitos da gentrificação no ecossistema urbano e turístico, especialmente nos municípios de Alto Paraíso de Goiás (GO) e Cavalcante (GO). O reconhecimento da arquitetura local como patrimônio para e pelos moradores nativos, turistas, construtores e novos moradores promovem sua preservação e o reconhecimento de sua resistência e simbologia para a comunidade quilombola. A sustentabilidade do ecossistema está atrelada à preservação e valorização do território, especialmente dos saberes e fazeres locais, não cabendo ao mercado imobiliário a sobreposição de novos padrões espaciais.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura vernacular; Patrimônio; Expansão imobiliária; Turismo.

VERNACULAR ARCHITECTURE AS AN INSTRUMENT TO UNDERSTAND THE URBAN-TOURIST ECOSYSTEM

ABSTRACT

This article aims to analyze the impacts on Kalunga vernacular architecture from economic, cultural, social and environmental processes, linked to the processes of gentrification and population increase with the socio-environmental impact. Through a bibliographical review, application of a questionnaire and conversation circle, we sought to understand the relationship between local builders and the local real estate dynamics, as well as the effects of gentrification on the urban and tourist ecosystem, especially in the municipalities of Alto Paraíso de Goiás (GO) and Cavalcante (GO). Recognition of local architecture as heritage for and by native residents, tourists, builders and new residents promotes its preservation and recognition of its resistance and symbology for the quilombola community. The sustainability of the ecosystem is linked to the preservation and enhancement of the territory, especially of local knowledge and practices, and the real estate market is not responsible for superimposing new spatial standards.

KEYWORDS: Vernacular architecture. Patrimony. Real estate expansion. Tourism

¹ Doutorado Em Arquitetura E Urbanismo, Fau/Unb. Docente Do Bacharelado Em Turismo Do Centro De Excelência Em Turismo Da Universidade De Brasília. Liviabsw@Unb.Br

² Doutorado Em Arquitetura E Urbanismo, Fau/Unb. Docente Da Faculdade De Arquitetura E Urbanismo Da Universidade De Brasília – Fau/Unb. Liza@Unb.Br

³ Pós Graduada Em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica E Urbanística, Fau/Unb. Integrante Do Grupo De Pesquisa E Extensão Periférico: Trabalhos Emergentes E Arqmaboni@Gmail.Com.

LA ARQUITECTURA VERNACULAR COMO INSTRUMENTO PARA ENTENDER EL ECOSISTEMA URBANO-TURÍSTICO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar los impactos en la arquitectura vernácula de Kalunga a partir de procesos económicos, culturales, sociales y ambientales, vinculados a los procesos de gentrificación y aumento de la población con el impacto socioambiental. A través de una revisión bibliográfica, aplicación de un cuestionario y rueda de conversación, buscamos comprender la relación entre los constructores locales y la dinámica inmobiliaria local, así como los efectos de la gentrificación en el ecosistema urbano y turístico, especialmente en los municipios de Alto Paraíso de Goiás (GO) y Cavalcante (GO). El reconocimiento de la arquitectura local como patrimonio por y para los pobladores nativos, turistas, constructores y nuevos pobladores promueve su preservación y el reconocimiento de su resistencia y simbología para la comunidad quilombola. La sostenibilidad del ecosistema está ligada a la preservación y puesta en valor del territorio, especialmente de los saberes y prácticas locales, y el mercado inmobiliario no se encarga de superponer nuevos estándares espaciales.

PALABRAS CHAVE: Arquitectura vernácula. Patrimonio. Expansión inmobiliaria. Turismo.

INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus transformou as relações de trabalho e deslocamento ao determinar o distanciamento social e possibilitar o trabalho remoto permitindo que as pessoas saíssem de suas residências em busca de outros ambientes. Destinos de natureza como a Chapada dos Veadeiros, em Goiás, passaram a ser procurados não apenas para lazer, mas como segunda residência por moradores de classes altas e médias, aquecendo o mercado imobiliário. Para atender a demanda, novos loteamentos urbanos e rurais estão se proliferando e ameaçam as bordas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (UNBTV, 2022) intensificando o processo de gentrificação e a pressão nos sistemas ambientais de água e esgoto, a preservação do patrimônio cultural, a arquitetura vernacular e os saberes construtivos locais, expressos principalmente pela cultura Kalunga.

O *boom* imobiliário evidencia a negligência à função social da cidade, que deve garantir o bem-estar da população e a moradia digna (BRASIL, 1988), mas que atualmente fomenta a moradia de segunda residência e/ou a ocupação temporária como *Airbnb*, promovendo a massificação do turismo e a exclusão social da população local. Para Melo e Marques (2022), a ausência de moradia digna e do direito aos laços com o lugar levam à insegurança territorial e à turistificação.

O impacto ao patrimônio arquitetônico, urbanístico e ambiental da região com novas construções reflete-se na descaracterização da arquitetura vernacular local, expressa

principalmente pelo povo Kalunga, em prol de uma arquitetura industrializada, predatória e homogeneizadora dos traços, em detrimento das comunidades locais e dos profissionais como arquitetos, engenheiros e construtores atuantes na região em defesa da preservação da identidade regional.

Este trabalho apresenta um olhar sobre a Chapada dos Veadeiros com enfoque em Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, analisando a pressão que o turismo e a especulação imobiliária exercem sobre a arquitetura vernacular e os possíveis impactos que esse movimento pode gerar. Tem como objetivo analisar os impactos na arquitetura vernacular Kalunga a partir de processos econômicos, culturais, sociais e ambientais, vinculados aos processos de gentrificação e aumento populacional com o potencializando a injustiça socioambiental.

A pesquisa em tela insere-se num contexto de esgotamento dos recursos ambientais experienciados por destinações turísticas como Angra dos Reis (RJ), Petrópolis (RJ) e Teresópolis (RJ) e, mais recentemente, o litoral norte de São Paulo, onde a ocupação predatória e focada na exploração econômica permitiu a ocupação de encostas e a segregação socioespacial (PINHEIRO, 2023). Demonstra-se a necessidade de repensar os usos dados às destinações turísticas da Chapada dos Veadeiros para antecipar problemas como os já experienciados nos territórios citados e se apresenta a arquitetura vernacular como uma oportunidade de associar o saber construtivo das comunidades nativas às soluções baseadas na natureza, que priorizam o respeito e comprometimento socioeconômico com o uso e ocupação do solo.

A pesquisa em tela se justifica, pela lacuna teórico metodológica da temática nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo e pela importância de incentivar e promover os saberes construtivos da arquitetura vernacular local minimizando a descaracterização e sobreposição de padrões ditos “modernos”, agravando a segregação socioespacial. Também, pela ausência da patrimonialização das técnicas e saberes que remontam bioconstrução, ao utilizar materiais locais naturais e soluções bioclimáticas mais simples e intuitivas com a natureza do espaço, traduzindo a sabedoria e a criatividade de um povo que perpetua esses conhecimentos entre as gerações através da autoconstrução (IPOEMA, 2021). E, pelos desafios em permitir que o turismo direcione o uso do solo através de empreendimentos imobiliários, loteamentos e venda de terrenos.

Este estudo insere-se nas atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico Trabalhos Emergentes, especialmente no projeto “Arquitetura Vernacular Kalunga”, vinculado ao Polo de Extensão Kalunga da Universidade de Brasília. Os procedimentos metodológicos se iniciaram com revisão bibliográfica e observações *in situ* das obras em andamento entre os meses de agosto de 2020 e novembro de 2021 e registros acumulados da arquitetura vernacular local nas comunidades Kalunga do Engenho II e Tinguizal, feitos entre os anos de 2016 e 2022, além de enquetes com quatro grupos focais através de formulários online, específicos para moradores nativos, turistas, construtores, arquitetos, engenheiros e mestres de obra, e com novos moradores que estão construindo ou pretendem construir na Chapada dos Veadeiros, relacionando questões como o conhecimento sobre a arquitetura vernacular local e patrimônio cultural. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que permite o uso de uma variedade de estudos de casos que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos (DENZIN et.al., 2006).

As estratégias de interação com a comunidade, adotadas neste trabalho, preconizaram os princípios metodológicos do Grupo Periférico e a responsabilidade ética e social da universidade pública, especialmente na construção da universidade cidadã que promove a “democratização do acesso e construção do conhecimento a partir da cidadania coletiva” (COUTO et.al., 2022, p.107). Assim, questiona-se como a universidade pode atuar na promoção e preservação dos saberes locais frente aos desafios postos pela gentrificação intensificada pelo turismo em que medida os interesses econômicos e a busca pelo “consumo de lugares” devem sobrepor o direito à moradia e ao patrimônio imaterial das comunidades tradicionais.

Assim, propõe-se a organização deste texto a partir do diálogo entre o ecossistema urbano e turístico para fortalecer a necessidade de um olhar cuidadoso do patrimônio cultural local, representado pela a arquitetura Vernacular Kalunga, seguido pelo panorama da Chapada dos Veadeiros e da complexidade territorial presente no processo de uso e ocupação do solo. A partir desta contextualização teórico metodológica, apresenta-se uma reflexão sobre os desafios enfrentados no processo de planejamento das cidades.

ECOSSISTEMA URBANO E O TURISMO: EFEITOS DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA DINÂMICA TERRITORIAL

A compreensão das dinâmicas territoriais fundamenta-se no entendimento do ecossistema como “unidade funcional básica onde organismo e ambiente influenciam as propriedades do outro, sendo ambos necessários para a conservação da vida” (ODUM, 2001, p.12). Os ecossistemas urbanos são processos multidimensionais que sustentam os recursos naturais e humanos integrados aos componentes biológicos, físicos e sociais presentes no ambiente construído. Portanto, ao apresentar os padrões espaciais, promove a transdisciplinaridade presente nas cidades, tendo em vista a complexidade existente na integração de agentes, institutos e instituições para a construção da heterogeneidade espacial e das hierarquias integrativas para cidades resilientes (ANDRADE, 2014).

A complexidade do ecossistema urbano esbarra na baixa efetividade das políticas públicas e na mercantilização da cidade. Cabe ao Estado o controle e regulamentação da produção do ambiente construído, especialmente no que tange ao uso e ocupação do solo (MARICATO, 2015). Neste sentido, as dinâmicas imobiliárias apresentam-se como objeto de contradição onde o poder público abdica de defender a função social da propriedade e passa a agir em função do valor de troca dos espaços urbanos, inclusive associados a propostas desenvolvimentistas como a da utilização do turismo como atividade econômica.

A relação do turismo em comunidades rurais ou de baixa densidade, como a Chapada dos Veadeiros, esbarra em impactos positivos e negativos, devendo ser compreendido como um fenômeno interdisciplinar, processual e dialético, em que a sistematicidade das ações e os efeitos indesejáveis devem ser avaliados sob a perspectiva dos sistemas e suas interações (MOESCH, 2013). O ecossistema, enquanto “conjuntos de coletivos de enredamentos e fluxos” (BAPTISTA, 2020, p.15), acolhe a prática social e dialoga com o turismo, promovendo uma diversidade de padrões no tempo e no espaço.

A trama ecossistêmica do turismo constitui-se de processos complexos de desterritorialização a partir das interações entre sujeitos onde o sujeito-trama do turismo, o turista, “aciona uma teia de materialidades e imaterialidades, desde as potentes tramas econômico-político-sociais-culturais e de prestação de serviços, até os subjacentes fluxos de energia” (BAPTISTA, 2020, p.14) atingindo os níveis de afeto promovendo a transformação e reinvenção de sujeitos e lugares.

A perspectiva econômica estabelecida pelo turismo, fortalecida pela criação de postos de trabalho e aumento na renda das famílias e receitas dos municípios, quando bem articulado

com a comunidade local, é capaz de trazer benefícios sociais e culturais pela oportunidade do reconhecimento e valorização dos patrimônios locais. Se feito de maneira sustentável seguindo o tripé economia, ecologia e sociedade, priorizando uma relação de troca mútua com as comunidades envolvidas, pode ser uma ferramenta de defesa para o patrimônio ambiental e cultural (FERNANDES et al, 2020).

Contudo, em uma relação dialética, apesar de o turismo se apresentar como solução, por outro lado pode trazer prejuízos socioculturais e ambientais por forçar um processo de homogeneização cultural em prol do desenvolvimento econômico em contextos onde a atividade não é inclusiva. A “invasão” das comunidades despertam o interesse de ruptura com o ciclo turístico e retomada da vida sem a presença dos turistas (KRIPPENDORF, 2001), pois, a maior parte da renda e das tomadas de decisão se concentra na mão de poucos com maior poder. Além de impulsionar a especulação imobiliária e o conseqüente aumento no custo de vida (DIAS, 2017).

A gentrificação provocada pela exploração do território impede que a comunidade tenha acesso aos benefícios gerados pelo turismo (FERREIRA et al., 2023) uma vez que não são os protagonistas da oferta turística. A chegada do mercado imobiliário compromete a seguridade e o acesso da população à prestação de serviços de forma direta e à habitação, pois alteram os padrões de qualidade e as expectativas sobre o lugar a partir de padrões espaciais que não dialogam com a paisagem local.

Em Alto Paraíso e Cavalcante, moradores novos e antigos apostam nos aluguéis por temporada e na venda de terrenos irregulares, impulsionando desapropriações e expulsando a população nativa para regiões cada vez mais distantes do centro da cidade e dos serviços, resultando em processos de gentrificação, de higienização social e turistificação do habitar. A arquitetura local distancia das soluções baseadas na natureza até então presentes no saber fazer tradicional.

ARQUITETURA VERNACULAR NA CHAPADA DOS VEADEIROS E O PATRIMÔNIO CULTURAL

A arquitetura vernacular brasileira expressa os saberes dos povos originários e comunidades tradicionais, que adaptam-se ao clima local, à disponibilidade de recursos existentes e garantindo maior conforto térmico, utilizando tijolo de adobe, taipa de mão e taipa

de pilão. Melo e Ribeiro (2019) destacam que o colonialismo europeu vigente, inclusive nas instituições de ensino de arquitetura, compromete o ensino e aprendizado da arquitetura efetivamente nativa e tradicional, pois são poucos os professores ou projetos de pesquisa e extensão que voltam o olhar para as construções vernaculares, sua relação com a cultura, com a tradição oral e com questões sociais.

O ensino hegemônico de arquitetura nas instituições de ensino superior no Brasil ainda mantém o foco na importação das técnicas construtivas europeias e pouco se fala sobre a arquitetura brasileira e descolonizada. Nesse sentido, tem-se na arquitetura vernacular dos povos nativos a verdadeira expressão nacional, que pode ser definida como aquela em que são empregados materiais e recursos do ambiente em que a construção foi edificada, adaptada ao clima, economia e cultura locais e com os conhecimentos construtivos repassados de geração em geração (GARCEZ et al., 2014).

Segundo Melo e Ribeiro (2019), até o início do século XVII, os carpinteiros brasileiros eram indígenas e hispânico-americanos. Para os autores, o construtor vernacular reproduz a tradição ao pensar e executar a edificação nativa popular, dispensando um projeto técnico e um profissional especializado como arquitetos e engenheiros e demonstrando a engenhosidade dos povos nativos que detinham conhecimentos práticos sem a necessidade de estudos teóricos específicos.

Na Chapada dos Veadeiros, historicamente predominam os conhecimentos de técnicas tradicionais de construção com terra repassados pelas pessoas negras, escravizadas da África, mescladas aos saberes construtivos dos indígenas que habitavam a região antes da formação dos quilombos. Este saber fazer sobreviveu ao tempo sendo aprimorado com novos saberes, moldando-se às necessidades e disponibilidade do território. A imagem a seguir exemplifica as construções vernaculares presentes na Chapada dos Veadeiros.

Figura 1: Habitação Kalunga na comunidade do Engenho II

Fonte: Talita Maboni (2019)

Os primeiros quilombolas a habitar a região, no século XVII, aprenderam a sobreviver nesse espaço conhecendo a natureza ao seu redor e os recursos por ela oferecidos. Como bioconstrutores natos, aprenderam a distinguir nas árvores as madeiras úteis para construção de ferramentas, mobiliário e casas, das quais podiam extrair os esteios para a casa de pau-a-pique, os barrotes e as vigas. As tabocas rachadas e os galhos finos de árvores do cerrado serviam de varas que, quando trançadas e amarradas com cipó, eram recobertas com terra amassada com água, formando as paredes de taipa de mão. Palmeiras como o buriti e indaiá forneciam palha para cobrir os telhados das casas e algumas paredes também. Dos barrancos dos rios aprenderam a coletar o barro ideal para fazer adobe, entendendo que a resistência dessa terra era maior que a da terra crua (MEC, 2001).

Esses conhecimentos foram sendo repassados entre as gerações do Quilombo Kalunga, o maior quilombo do Brasil em extensão territorial que abriga os afrodescendentes procedentes da Angola, Congo e Moçambique (BAIOCCHI, 1999), constituindo um grande patrimônio cultural.

O emprego da palha nas coberturas das casas possivelmente veio como herança africana, colonial portuguesa e indígena (MEC, 2001). As mais utilizadas são as palhas do indaiá e do buriti, mas atualmente a utilização da palha como cobertura vem diminuindo devido à rápida

propagação do fogo e a baixa durabilidade que a fibra possui. A figura a seguir representa o saber construtivo tendo a palha como um dos elementos.

Figura 2: Habitação temporária no espaço sagrado dos festejos religiosos, na comunidade do Riachão.



Fonte: Talita Maboni (2019)

Mesmo que a região habitada pelos Kalunga seja rica em pedras, a construção com terra foi priorizada em suas moradias devido às suas vantagens em relação à extração, ao manejo, ao tempo de execução e à facilidade de expansão territorial, por ela ser mais simples e acessível em relação à construção com pedras, contribuindo para a autonomia do povo Kalunga (ALMEIDA, 2004).

O tijolo de adobe veio das cidades vizinhas para as comunidades Kalunga substituindo o emprego de fibras naturais como a palha em suas construções, que rapidamente propagam o fogo e tinham uma durabilidade menor, além da taipa de mão, ou pau-a-pique, que frequentemente atraía o mosquito barbeiro em suas frestas.

Apesar de a terra, a palha e a pedra apresentarem prós e contras no emprego em construções, esses três materiais abundantes no território Kalunga permitiram a autoconstrução de base familiar, contribuindo para a fixação desse povo naquelas terras e deixando clara a relação entre a ocupação territorial e a moradia kalunga no sentido de que a construção com terra é forte, resistente e reforça o sentido de posse do lugar (ALMEIDA, 2004).

Mesmo sendo técnicas adaptadas ao local e acessíveis, a urbanização acelerada e a perda dos saberes populares pela introdução e incentivo ao uso de materiais industrializados e tecnologias importadas de outras regiões com a premissa do “desenvolvimento” estão afetando a arquitetura tradicional do lugar, trazendo construções descaracterizadas e perceptivelmente

não adaptadas ao contexto e que ignoram os saberes da população local, que possui entendimento completo do território e de técnicas vernáculas que garantem o verdadeiro valor arquitetônico das habitações no contexto em que se inserem. Outro fator que contribui para a perda desse patrimônio é a associação à pobreza comumente propagada sobre as construções com terra, afastando o interesse dos jovens em aprender com os mais velhos sobre essas técnicas e repassá-las às futuras gerações.

O projeto Ciranda Viva Bioconstrução, conduzido pelo bioconstrutor kalunga Carlos Pereira, em Cavalcante, busca difundir os saberes construtivos kalunga entre os jovens da comunidade que querem se especializar nas técnicas e atuar no mercado de trabalho da construção civil, em alta na região. Projetos como este reforçam a importância de valorizar e difundir o patrimônio arquitetônico local, e demonstram como a preservação pode impactar positivamente as comunidades locais e o próprio mercado imobiliário.

Representante de um patrimônio material e imaterial, a arquitetura vernacular deve ser vista como uma herança que não pode ser apagada ou substituída. Portanto, se por um lado o ecoturismo está promovendo o crescimento econômico para os municípios e motivando proteções ambientais, por outro observa-se uma lacuna com a falta de proteção do patrimônio cultural local. Paralelamente, a arquitetura vernacular pode trazer um movimento turístico também, dando origem a novos circuitos e difusão de saberes construtivos dentro da bioconstrução com eficiência energética, estimulando um processo de recuperação e valorização desse patrimônio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa estruturou-se a partir da revisão bibliográfica para construção da fundamentação teórica sobre a interface urbano-turismo e os usos da cidade. Para tanto, apresenta como objeto de estudo a arquitetura vernacular Kalunga presente em construções de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, na Chapada dos Veadeiros.

O centro turístico da Chapada dos Veadeiros é Alto Paraíso de Goiás, por contar com maior infraestrutura. A uma distância de 242 km da capital federal, a cidade recebe um fluxo de turistas intenso, incluindo sua vila de São Jorge, um distrito pertencente a ela e a 36 km de distância de seu centro. Outro município que também tem visto o turismo se intensificar é Cavalcante, localizado a 90 km de Alto Paraíso e a 313 km de Brasília e onde se concentra grande parte da população quilombola Kalunga, tanto no meio urbano quanto rural.

Figura 3: Mapa de localização da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Cavalcante está localizado a 320 km de Brasília e 500 km de Goiânia. O município compõe cerca de 60% da área de proteção do parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e está inserido na APA de Pouso Alto. Também integra o Sítio Histórico e Cultural Kalunga, abrigando parte da comunidade tradicional (PREFETURA MUNICIPAL DE CAVALCANTE, S/D), responsável pela proteção e divulgação dos saberes construtivos representados pela arquitetura vernacular.

Alto Paraíso de Goiás localiza-se a 230 Km de Brasília e os primeiros registros de ocupação humana no território contam com tribos indígenas como os Cayapós, os Xavantes e os Guayazes. No século XVIII, dá-se início ao ciclo de mineração com a ocupação de bandeirantes que trouxeram junto pessoas escravizadas para trabalhar nas minas, dando início a Cavalcante em 1740 e, para atender a demanda da mineração, a agricultura e a pecuária passaram a se desenvolver na região. Alto Paraíso, na época, distrito reconhecido como

Veadeiros, emancipou-se 1953 e, dez anos depois passa a ter o nome de Alto Paraíso de Goiás (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO DE GOIAS, 2019).

Por se tratar de um território remanescente da exploração de ouro e com presença de outras pedras preciosas, despertou interesse do movimento esotérico e espiritual na década de 50, estabelecendo um fluxo migratório de pessoas atraídas pelo misticismo e belezas naturais, tornando-se a Capital Brasileira do Terceiro Milênio e uma das regiões destinadas a receber seres escolhidos pelos planos superiores da vida (CHAPADA NATIVA, 2018).

Com a criação do Parque Nacional em 1961, denominado como Parque Nacional do Tocantins, abrangendo uma área onde encontravam-se diversas fazendas e garimpos de cristal e abrigando centenas de espécies únicas de fauna e flora, cursos d'água e nascentes e rochas com mais de um bilhão de anos. Em 2001, foi declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (ICMBIO, s.d.).

A visitação ao PNCV se dá pela porta de entrada no distrito de São Jorge, pertencente a Alto Paraíso e atraindo investimentos públicos em infraestrutura de apoio ao turismo, a e seu plano de manejo influenciaram proprietários de terras da região a investir também na visitação em suas divisas. O fomento da educação ambiental a partir de 1991 mostrou para a comunidade local métodos alternativos de desenvolvimento, potencializando o interior goiano e promovendo visibilidade para seus municípios limítrofes, além de acarretar mudança nos paradigmas imobiliários para atender as expectativas da demanda turística (FERNANDES *et al*, 2020).

Contudo, a procura pelo ecoturismo e pela questão ambiental pouco inclui o patrimônio cultural local. Segundo Costa (2015), a principal ameaça para a região e para as comunidades nativas é o aumento considerável de visitantes, concentradas em atrativos como cachoeiras, cânions e rios que ocupam 2% da área do parque, negligenciando a atratividade das comunidades tradicionais.

Esse desequilíbrio na promoção turística, os impactos e ameaças ao PNCV e a necessidade de participação da população nos processos decisórios foram debatidos no I Seminário participativo de Revisão do Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás fortalecendo a busca por novas formas de uso e ocupação do solo dos territórios (CONDEMA, 2022).

Essa região vem sofrendo alterações socioeconômicas e ambientais com o crescimento do turismo e do êxodo incentivados pela pandemia, levando a uma explosão na procura por

terrenos e imóveis em regiões mais isoladas em prol da adoção do trabalho remoto “na natureza” como segunda residência e novo estilo de vida, intensificado a busca por imóveis voltados para hospedagem assim como a demanda por projetos arquitetônicos específicos para casas de veraneio/airbnb. Nesse contexto, o crescimento de diversos empreendimentos imobiliários, loteamentos e venda de terrenos mostram como o turismo direciona o uso do solo.

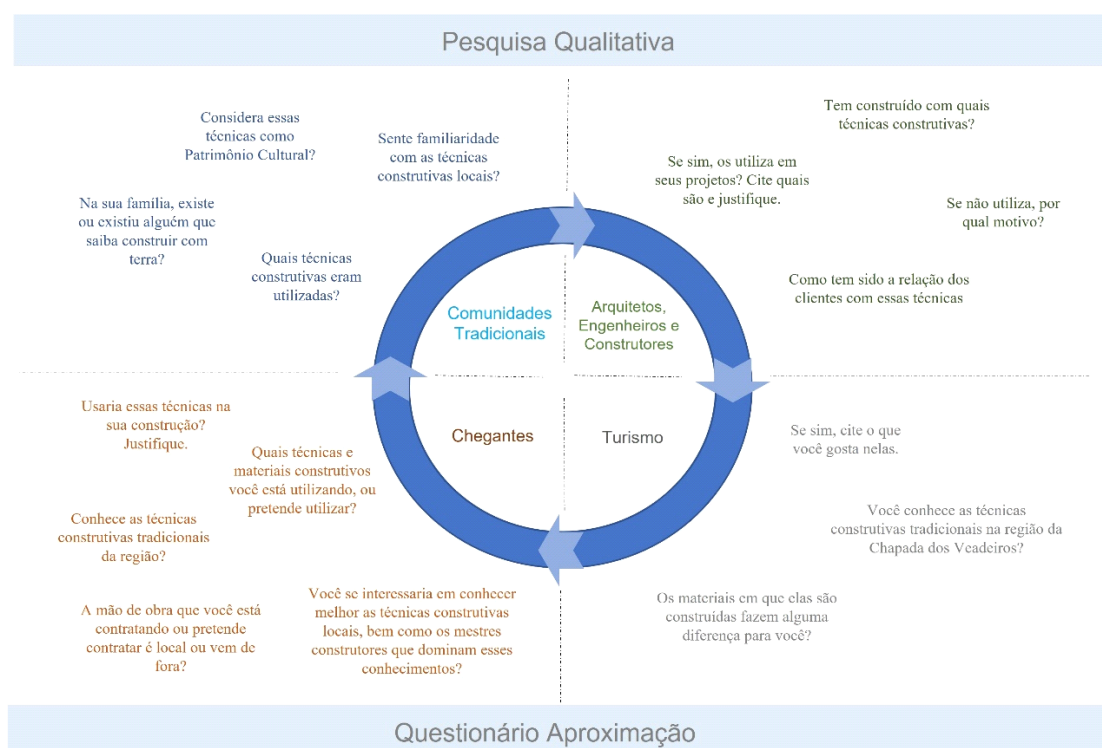
A discussão pode ser ampliada para áreas rurais e, para Cánoves e Blanco (2006), essas mudanças elitizam esses espaços. As propriedades residenciais passam por renovações e as novas construções chegam para atender aos perfis dos novos moradores, substituindo a população local por pessoas com maior poder aquisitivo.

A partir desta contextualização do território, priorizou-se a aproximação com os atores para identificar as problemáticas recorrentes a partir de formulários eletrônicos estruturados em formato de questionários destinados a quatro grupos de interesse: moradores nativos, turistas, construtores (incluindo arquitetos e engenheiros) e “chegantes” (novos moradores), ou seja, quem está construindo ou pretende construir na Chapada dos Veadeiros. Dentre as temáticas abordadas estão conhecimento da arquitetura vernacular local, suas potencialidades e desafios para a implementação e/ou utilização nas construções.

A Figura 5 a seguir destaca as questões apresentadas nos formulários eletrônicos que tiveram como público alvo moradores de comunidades tradicionais, “chegantes”, arquitetos, engenheiros, construtores e turistas totalizando 20 respondentes.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e por entender que o questionário representa o processo inicial de aproximação com a comunidade, onde as percepções representam um recorte da realidade dos municípios, assegura-se que o total de respondentes não compromete a análise dos impactos na arquitetura vernacular Kalunga, pois esta será embasada pelas dimensões da sustentabilidade urbana propostas por Lemos e Andrade (2015), Ferreira (2021) e complementada a partir da interação urbano-turismo construída a partir das interfaces existentes entre os ecossistemas urbano e turístico.

Figura 4: Escopo do questionário de aproximação – Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

A partir das respostas coletadas, foi possível mapear que, dentre as principais técnicas utilizadas pelos moradores de comunidades Kalunga, destacam-se as coberturas de palha como o buriti, coco indaiá e palhinha; paredes de ripas de buriti e preenchimento de terra; e, tijolo de adobe com estrutura de pedra. A escolha por estes materiais e técnicas associam-se à memória e ao pertencimento ao patrimônio cultural local além de valorizar os construtores locais.

Os “chegantes”, por sua vez, priorizam materiais como tijolo de adobe, cerâmico, ecológico e taipa de pilão, pois nem todos conhecem e/ou reconhecem a qualidade dos saberes construtivos locais. Parte importante deste grupo, apesar de destacar sua consciência e respeito ao meio ambiente, priorizam a máxima capitalista do custo/benefício. Por outro lado, os profissionais que atuam em obras na região pontuam a dificuldade com logística e mão de obra especializada, que comprometem a intenção de proteger e preservar a história local. Outro obstáculo destacado está na obrigatoriedade de realizar as obras em terra exclusivamente no período de seca.

Por fim, os turistas demonstraram a importância da valorização da cultura local mas, em sua maioria, não conhecem a arquitetura vernacular Kalunga, embora reconheçam que este tipo de construção promove a sustentabilidade e conforto térmico.

Os questionários foram parte do processo de levantamento de informações, tendo como completude a 1ª Roda de Conversa sobre Arquitetura Vernacular Kalunga realizada em Cavalcante, em 27 de novembro de 2021, proposta pelo Grupo Periférico junto a parceiros locais, onde foi possível mapear os desafios vivenciados pela comunidade no contexto da construção civil local e os impactos do turismo e da expansão imobiliária, bem como a importância do resgate e valorização da construção com terra.

CONSTRUINDO ALTERNATIVAS PARA A COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO

A partir da sistematização dos achados da pesquisa, fez-se necessário refletir sobre a integração do turismo às dinâmicas socioespaciais e sua interface com as dimensões da sustentabilidade urbana.

De acordo com as pesquisas de Andrade e Lemos (2015) e os complementos feitos por Ferreira (2021) baseados em experiências com a comunidade tradicional de Caraíva - BA, na esfera social, a justiça e a dignidade da população são fundamentais e derivam da garantia de habitação adequada, mobilidade, transporte sustentável, convivência urbana, relações de vizinhança, inclusão e fortalecimento de grupos vulneráveis. No aspecto econômico, é primordial priorizar o desenvolvimento dos centros comunitários, comprometer-se com a justiça ambiental e promover uma dinâmica urbana equilibrada. No contexto cultural e emocional, a revitalização urbana deve valorizar a legibilidade, a orientação, a identidade, a efetividade e a simbologia, tendo como base o respeito pelos conhecimentos ancestrais ANDRADE e LEMOS, 2015; FERREIRA, 2021).

Ao analisar os impactos presentes na arquitetura vernacular kalunga, observa-se a influência sofrida pela comunidade a partir do adensamento populacional e a urbanização do nordeste goiano, intensificado pela presença do fluxo turístico inicialmente comprometido com a preservação socioambiental em virtude das belezas cênicas e da cultura local, mas pouco relacionada aos desafios impostos pela precariedade dos acessos e da oferta de produtos e serviços no território. O excesso de preocupação com os investimentos e a subutilização da

propriedade da terra consolidada em casas de segunda residência para locação reduzem a atenção e promoção dos saberes locais.

Entende-se que, para pensar a arquitetura vernacular em destinações turísticas, se faz necessário ampliar a abrangência das dimensões da sustentabilidade apresentadas anteriormente para que estas possam abarcar a diversidade territorial e a complexidade do fenômeno turístico.

A figura a seguir apresenta o desenho inicial das interfaces presentes no diálogo teórico e prático da sustentabilidade.

Figura 5: Princípios da Sustentabilidade e a interface urbano-turística



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Os moradores entrevistados acham interessante a diversidade de formas e técnicas que estão surgindo nas novas construções locais e entendem que têm direito ao toque moderno ao

que é tradicional. Os entrevistados destacam ainda a necessidade de incentivos às construções ecológicas e iniciativas que utilizem produtos de baixo impacto ambiental e estimulem o consumo consciente da água, sensibilizando o olhar do turista para a preservação ambiental e cultural, além de agregar valor e prazer à experiência turística que, para Urry (1996), são sinônimos de fuga do comum, da vida cotidiana do turista.

É preciso mitigar os impactos culturais, a perda da identidade e pertencimento da comunidade, assim como a discriminação e desigualdade, que negligenciam a necessidade de patrimonialização dos saberes tradicionais e empoderamento das comunidades, convertendo o saber em potencialidade, e não em escassez e vulnerabilidade para possibilitar que a população ocupe espaços de atores e agentes atuantes na construção socioeconômica e ambiental de seu território.

Entre os novos moradores, observa-se que o conhecimento sobre as técnicas construtivas com terra é limitado ao ambiente rural, desconectada do arquitetônico local. Esta constatação demanda a leitura da dimensão cultural ambiental a partir da promoção da interação urbano-rural e turística que assegure a promoção dos saberes locais a partir da complexidade territorial e da viabilidade de acesso e respeito aos interesses dos que habitam a região a mais tempo. A construção edificada em adobe contribuiu para etnização do território ocupado, considerando a memória e o conhecimento ancestral (ALMEIDA, 2004) garantindo a identidade e pertencimento da/na cidade.

Para os arquitetos, engenheiros e construtores, o conhecimento dos saberes construtivos depara com questões logísticas e carência de mão de obra especializada, além da necessidade de adequação do período de execução da obra em função das chuvas, o que leva à priorização do poder do capital em detrimento da possibilidade da inclusão socioproductiva. Por outro lado, os demais justificam o uso da técnica como reconhecimento histórico e sociocultural com o uso da linguagem arquitetônica local, e pelas vantagens térmicas, acústicas, ambientais e econômicas, conforme sinalizado por Melo e Ribeiro (2019). Esta diversificação da oferta estimula a ocupação difusa do território pelos turistas, transformando a população local em sujeitos autogestionários que a partir do cooperativismo e associativos assumem a gestão dos serviços e equipamento turísticos.

Entre os turistas, uma parte considera relevantes os materiais com que as casas são construídas, enquanto outros desconsideram isso desde que os acabamentos e estrutura e

estética estejam bons e agreguem valor à experiência sem onerar o investimento. O preço do aluguel aparece como determinante, negligenciando a sustentabilidade suscitada por Fernandes et al (2020).

Durante a roda de conversa, as problemáticas levantadas evidenciam a associação entre a construção com terra e a pobreza. A bioconstrução parece desconectada do contexto cultural e local, resultando na desvalorização da mão de obra kalunga devido aos desafios técnicos e operacionais. Nesse cenário, os bioconstrutores externos recebem mais reconhecimento do que os construtores nativos. Isso ressalta a necessidade de uma transformação da perspectiva local, por meio de ações públicas que promovam o uso qualificado dos recursos públicos para subsidiar o acesso e a qualificação dos mestres do saber construtivo, sem comprometer as demais demandas sociais e promovendo o reconhecimento da arquitetura vernacular. Neste sentido, a visão economicista reduz a sustentabilidade dentro das quatro dimensões propostas neste estudo: ambiental; social; econômica; cultural e emocional.

Entendendo a necessidade de ação, o grupo Periférico, através do Projeto de Extensão Arquitetura Vernacular Kalunga, vem buscando propor ações que envolvam a comunidade em atividades práticas para difundir o conhecimento vernacular e capacitação para aprimoramento das técnicas, estruturando oficinas de projeto, a criação de uma rede sociotécnica de construtores cadastrados que servirá como espaço de divulgação de seus trabalhos, das técnicas, da história e cultura por trás dela e oferecer assessoria para elaboração de contratos de trabalho.

A rede tem como objetivo promover a igualdade salarial, o aprimoramento das técnicas, a colaboração entre fornecedores, construtores e clientes, e a disseminação dos projetos locais, visando fortalecer a autonomia dos Kalunga na área da construção civil. De forma complementar, o grupo tem atuado na construção de um site para promoção da arquitetura vernacular e dos saberes locais e de um guia para incrementar o turismo no município. Essas duas atividades estão em desenvolvimento com previsão de conclusão em 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre turismo e expansão imobiliária em relação à arquitetura vernacular destaca seu potencial de homogeneização e padronização, o que pode levar à perda dos conhecimentos construtivos locais e promover a gentrificação. Portanto, é de extrema importância buscar estratégias para redirecionar o turismo em prol da preservação do

patrimônio construtivo na região da Chapada dos Veadeiros. A iniciativa do CONDEMA em 2022 representa um primeiro passo significativo nesse sentido.

A escassa e limitada divulgação do conhecimento construtivo vernacular, em particular entre o povo Kalunga, reforça a prevalência da arquitetura europeia desconectada da paisagem local, perpetuando a subjugação colonial de uma cultura. É imprescindível direcionar nosso olhar para os conhecimentos locais, valorizando não apenas as técnicas de construção, mas também a arte e o bem-estar. O desafio não consiste apenas em utilizar materiais ecológicos na construção, mas sim em como podemos empregá-los para beneficiar a cultura local."

A familiaridade dos profissionais da construção civil com essas técnicas permite uma prática mais adaptada aos contextos em que atuam, estabelecendo uma ligação entre tradição e tecnologia, passado e futuro, sem negligenciar a importância histórica, que pode ser prejudicada pela padronização construtiva. Como apresentado, a maior dificuldade da construção com terra está na pouca disponibilidade de mão de obra qualificada, evidenciando a necessidade de incentivar a conscientização e sensibilização da comunidade local, dos turistas, arquitetos, engenheiros e construtores que estão atuando na região sobre a importância da preservação do patrimônio, difusão e utilização da arquitetura vernacular nas obras. Isso traduz o verdadeiro sentido da bioconstrução: priorizar as relações humanas e o patrimônio arquitetônico e cultural mais do que relações meramente econômicas e sem negligenciar o lado social de sua filosofia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **A organização espacial e ocupação territorial no Kalunga: a moradia como efetivadora**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544f.

ANDRADE, L. LEMOS, N. Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: AMORIM, C. N. D. et al. Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB. 2015.

BAIOCCHI, M.N. **Kalunga: povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. ‘STAMOS EM PLENO MAR’! Reflexões sobre tempos de pandemia Covid-19, considerando a trama de ecossistemas turístico-comunicacionais-subjetivos. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 8, n. 15, p. 7-22, 2020.

BRASIL. (MEC, IFG e Observatório do Mundo do Trabalho Estudos Microrregionais). **Estudos e Pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do Estado de Goiás** - Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Goiânia, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CÁNOVES VALIENTE, G.; BLANCO ROMERO, A. Teletrabajo, género y gentrificación o elitización en los espacios rurales: nuevos usos y nuevos protagonistas. Los casos de Cataluña y Ardèche (Francia). **Geographicalia**, [S. l.], n. 50, p. 27–44, 2015. DOI: 10.26754/ojs_geoph/geoph.2006501123. Disponível em: <https://papiro.unizar.es/ojs/index.php/geographicalia/article/view/1123>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CHAPADA NATIVA TURISMO. **HISTÓRIA da Chapada dos Veadeiros**. Chapada Nativa Turismo, Alto Paraíso de Goiás, 28 de dez. de 2018. Disponível em: <https://chapadanativa.com.br/historia-da-chapada-dos-veadeiros/>. Acesso em: 23out.2021.

CONDEMA – Conselho Municipal e Meio Ambiente de Alto Paraíso de Goiás. **I Seminário Participativo do Plano Diretor em Alto Paraíso de Goiás**. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=condema+alto+paraíso Acesso em: 05.ago.2022

COSTA, Everaldo B.; ALMEIDA, Maria G.; OLIVEIRA, Rafael F. et RÚBIO, Rúbia de P. **Realização social da natureza pelo turismo na Chapada dos Veadeiros**, Confins, 2015.

COUTO, G. R.; ANDRADE, L. M. S.; LENOIR, J. A. F.. Práxis extensionista transformadora: panorama da assessoria sociotécnica do Grupo Periférico na luta pelo direito á cidade. **Projectare**. V1, n. 13, p. 106 – 123, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/projectare/article/view/5407>. Acesso em: 08.mar.2023

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre, RS: Penso 2006

FERNANDES, Ailson da Silva; CASTRO, Joana D’arc Bardella. **Turismo e desenvolvimento socioespacial: o reflexo do ecoturismo na zona da Chapada dos Veadeiros e os impactos na economia municipal de Alto Paraíso de Goiás, Brasil**. In.: 9º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade. Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, 2020.

FERREIRA, Marcos; WIESINIESKI, Livia; ANDRADE, Liza; MENEZES, Paulo Dimas. Gentrificação pós-pandemia: turismo integrado na Vila de Caraíva como instrumento de mitigação. **Observatório de la economia latinoamericana**. Curitiba, V21, 0.1, p. 98 – 112,

2023. Disponível em:
<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/249> Acesso em:
19.abr.2023

IPOEMA Instituto de Permacultura. **Conceito de bioconstrução**. Disponível em:
<https://ipoema.org.br/conceitos-de-bioconstrucao/>. Acesso em: 20.nov.2021.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo. Aleph, 2001.

MELO, T. S. de .; MARQUES, M. L. V. . Economia solidária e turismo como luzes para uma incursão pelos caminhos da transformação social: reflexões sobre grupos de consumo responsáveis a partir da Rede Bem da Terra, Pelotas – Brasil. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 66–82, 2022. DOI: 10.21680/2177-8396.2022v34n2ID30104. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/30104>. Acesso em: 8 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental - MEC, 2001.

MOESCH, Marutschka. **A origem do conhecimento, o lugar da experiência e da razão na gênese do conhecimento do turismo**. In.: 5 ° Congresso Latino-Americano de Investigação Turística, 2013.

ODUM, E. P.. **Fundamentos de Ecologia**. 6ª Ed. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian, 2001. P. 3 – 50

PINHEIRO, P. S.. Tragédia no litoral norte: espoliação fundiária e apartheid. **Poder 360**: Opinião. 09. mar. 2023 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opinioao/tragedia-no-litoral-norte-espoliacao-fundiaria-e-apartheid/> Acesso em 10.mar.2023

RAMOS, Dina. MALTA, Ana. COSTA, Carlos. **Turismo, patrimônio e arquitetura vernacular**: o caso da região da Gândara. In.: Journal of Tourism & Development, nº 35. Portugal, 2021.

SANTOS, Soraia Costa dos; COSTA, Silvia Kimo. **Arquitetura Vernacular Popular brasileira**: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. In.: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.24, n.35, p.218-258, 2018.

SILVEIRA Melo, Cristina; MARTINS Ribeiro, William. **Arquitetura vernacular**: a construção nativa brasileira. In.: Anais do VII Seminário Internacional Étnico Racial, 2019.

UNBTV. **Semana do meio ambiente** – UnB Cerrado 2. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=cApKOMgDtM0>. Acesso em 05.08.2022

URRY, Jonh. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996